

DECISÃO N° 3440809

DECISÃO DE NÃO RETRATAÇÃO

EM FACE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 25351.015551/2019-37

Autuada: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA

AIS n.: 0023186/19-0

Expediente do Recurso n.: 4236301/22-9

Vieram os presentes autos a esta Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações Sanitárias para análise recursal, em atenção ao disposto no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ao art. 9º e parágrafos c/c o art. 11, §1º, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, que estabelecem que o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à avaliação da autoridade superior.

Condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a recorrente/autuada apresentou o recurso tempestivo de via sistema Solicita (conforme documento de fls. 175/176, SEI 2493210), no qual, pelos motivos ali expostos, requereu o não prosseguimento da autuação.

Inicialmente, cumpre-me ressaltar que não observo nos autos a ocorrência da prescrição em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Ao exame dos autos, verifico que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade recursais previstos no art. 6º da Resolução - RDC nº 266, de 2019. No entanto, em análise ao processo e às alegações apresentadas pela autuada, não verifico elementos que ensejem a revisão da decisão proferida, tanto no que se refere à legalidade dos documentos processuais, quanto no que diz respeito ao mérito da infração que lhe é imputada.

Quanto a alegação de que o rito procedimental não foi observado pelo Ofício nº 384/2017 — GELAS/ ANVISA, contrariando o princípio do contraditório e ampla defesa, não merece acolhimento. O Ofício nº 384/2017 — GELAS/ ANVISA (fls. 57 a 59, SEI 2493210) é claro ao informar o disposto abaixo, de acordo com o Parecer n. 000068/2017/CCOMS/PFANVISA/PGF/AGU:

[...]

Ante ao exposto, conclui-se que o exame da regularidade de um rótulo em face da legislação sanitária prescinde de qualquer exame laboratorial, não havendo que se falar portanto, em aplicação do procedimento de análise fiscal e, conseqüentemente, na execução dos ritos de análise de contraprova. Portanto, cabe à autoridade sanitária, independentemente da existência de parecer laboratorial instaurar processo administrativo para a apuração do ilícito.

[...]

Com relação às demais alegações da recorrente, entendo que já foram suficientemente rebatidas na manifestação da área autuante e decisão de primeira instância.

Desse modo, conheço do recurso interposto e, por não acolher os argumentos oferecidos pela recorrente/autuada, mantenho a decisão anteriormente proferida.

Encaminhem-se os autos à Gerência-Geral de Recursos para julgamento em segunda instância administrativa, nos termos do art. 3º da Resolução - RDC nº 266, de 2019.

CAMILA DA SILVA BORGES LACERDA DE OLIVEIRA

Autoridade Julgadora - Portaria nº 669, de 5 de novembro de 2020
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações
Sanitárias
CAJIS/DIRE4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Camila da Silva Borges Lacerda, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 17/02/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3440809** e o código CRC **B56D6D49**.
